

1.º CEB

A opinião dos professores e as lutas necessárias



O 1º ciclo do ensino básico é uma etapa fundamental no percurso educativo. Nem por isso, no entanto, este setor de ensino tem merecido a valorização e dignificação que se exigiria.

Só com a valorização do sistema público de ensino em toda a sua extensão é possível garantir qualidade e equidade. No caso deste nível de ensino, até uma leve referência no programa de governo anterior em relação aos professores em monodocência - “Sem contrariar a convergência dos regimes de idade da reforma, encontrar a forma adequada de dar a possibilidade aos professores em monodocência de desempenhar outras atividades que garantam o pleno aproveitamento das suas capacidades profissionais”, - rapidamente desapareceu dos programas e menções governamentais. No entanto, esta invisibilidade não faz desaparecer os problemas nem impede o agravamento das condições de trabalho neste ciclo de ensino.

Portugal é um dos países em que as crianças passam mais horas na escola. Para além deste número excessivo de horas, é necessário, também, ter em atenção como são passadas nas escolas.





O Estatuto da Carreira Docente prevê a redução da componente letiva por idade e tempo de serviço pelo reconhecimento do desgaste inerente à profissão.

A crescente burocratização da profissão e o desrespeito pelos horários de trabalho exigem uma necessária reflexão sobre o setor. A FENPROF realizou um inquérito junto dos docentes do 1º CEB com o objetivo de aferir a sua opinião sobre os problemas, as realidades e as transformações necessárias para a melhoria das condições de trabalho e de aprendizagem.

O inquérito realizado contou com a participação de cerca de 3000 professores de todas as faixas etárias, sendo que a percentagem mais elevada de respostas, 43,3%, se situa na faixa dos 41 aos 50 anos.

Regime de docência exige debate nacional

Quanto às questões colocadas e começando pela necessária discussão quanto ao regime de docência neste ciclo de ensino (que atualmente funciona em regime de monodocência), a maioria das respostas (46,1%) indica a preferência por um regime de monodocência coadjuvada. Desta forma, os professores reconhecem a necessidade da colaboração com outros docentes especializados e o funcionamento em equipa educativa, designadamente através da coadjuvação em áreas específicas do currículo. Na realidade, a coadjuvação

está já prevista na LBSE, mas nunca foi implementada, na prática, por recusa da tutela em permitir a alocação dos recursos humanos necessários.

Esta é uma questão que deverá ser alvo de um debate aprofundado pois já existem estudos e alternativas postas em prática na RA da Madeira e noutros países. Estas têm vindo a demonstrar resultados prometedores ao nível da melhoria das aprendizagens e da prática docente.

Outro dos problemas que há muito tem vindo a ser denunciado pela FENPROF é o dos horários de trabalho dos professores, pois, além de extensos, são sobrecarregados e muitas vezes desrespeitados. O horário de trabalho dos professores do 1.º Ciclo, como o de qualquer trabalhador da administração pública, é de 35 horas, dividida em três componentes. A atividade letiva do 1º ciclo é de 25 horas, sendo as restantes 10 horas divididas entre trabalho a nível da escola e de gestão individual para preparação de aulas e de materiais, avaliação, formação, etc. Uma redução da componente letiva poderá permitir aos professores um maior tempo para a preparação de atividades, para a pesquisa e estudo. Neste sentido, 89,3% dos professores responderam que o

horário letivo deveria ser reduzido para 22 horas, e uma percentagem semelhante (88%) diz que o horário dos alunos também deveria ser reduzido para as 22 horas, uma vez que as crianças também passam demasiadas horas na escola em contexto letivo.

O Estatuto da Carreira Docente prevê a redução da componente letiva por idade e tempo de serviço pelo reconhecimento do desgaste inerente à profissão. Os professores em regime de monodocência podem usufruir desta dispensa em 3 momentos: total durante um ano letivo aos 25 e aos 33 anos, e de cinco horas após os 60 anos. No entanto, esta dispensa carece de pedido do docente e, muitas vezes deixam de usufruir deste direito porque a dispensa da componente letiva não é respeitada.

Horário de trabalho é desajustado

É muito frequente, durante estes períodos de dispensa da atividade letiva, os docentes serem solicitados para o desempenho de atividades/tarefas que se configuram como atividade letiva, como seja a permanente substituição de docentes em falta, o apoio a alunos ou outras que, camufladas com outras nomes, mais não são que trabalho direto com alunos e, portanto, trabalho letivo. Um docente em regime de monodocência tem a mesma dispensa da atividade letiva aos 29 anos de idade ou aos 59 anos, ou seja, nenhuma. 90,7% dos docentes respondeu que a redução das horas de componente letiva deveria ser igual à dos outros ciclos de ensino (automática e gradual ao longo da carreira e dos anos).

Por outro lado, a existência de um modelo de gestão que não é democrático contribui para a deterioração das condições de trabalho e a não existência de elementos representativos de todos os graus de ensino nas direções



(Re)organizar o sistema educativo

A necessidade de debater a reorganização dos ciclos de ensino e a estrutura do sistema educativo é reconhecida em 44,8% das respostas à pergunta sobre a fusão do 1º e 2º CEB. A necessidade de debater a organização dos ciclos de ensino é uma das preocupações dos professores que responderam ao inquérito e foi uma das temáticas abordadas no encontro do 1º CEB, pois Portugal é o único país da Europa com esta estrutura e as razões não são, desde a raiz do 2ºCEB, de ordem pedagógica, mas de contexto histórico, cultural e político.

Quanto às provas de aferição, 64,3% considera que estas deveriam acabar, o que se entende tendo em conta o carácter examinador que mantêm e o propósito de diagnosticar dificuldades para posteriormente alocar recursos às escolas para recuperação de aprendizagens não se verificar. A sua justificação e utilidade deixa de ter razão. Para além de se constituírem como um ato administrativo com carácter de exame, estas provas constituem um acréscimo de trabalho para os professores classificadores que, além de sobrecarregados com todo o trabalho inerente às suas funções, ainda lhes é acrescido o da sua classificação.

de agrupamento contribui para o desconhecimento de dinâmicas e formas de trabalhar dos diferentes setores. 96,3% dos professores responderam que deveria ser obrigatória a representação de todos os níveis de ensino nas direções do AE, e 88,9% responderam que deveria existir a eleição colegial das direções e das coordenações intermédias, ao invés das nomeações, contrárias a um regime democrático que se pretende que exista nas escolas.

Resposta social, mas com direitos

Um dos graves problemas que afetam este setor de ensino é a falta de recursos humanos para apoios educativos e para uma maior resposta aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Com esta escassez de recursos humanos são prejudicados os alunos e alteradas as agravadas condições de trabalho de docentes. Faltam docentes para substituições de ausências de curta duração. Com esta falta de recursos são prejudicados os alunos com maiores dificuldades, uma vez que os professores que dão apoio a estes alunos são frequentemente solicitados para substituir colegas ausentes ou por outro lado, ainda que de forma ilegal, os alunos são distribuídos por outras turmas da escola, aumentando o já elevado número de alunos por turma e níveis de ensino. A FENPROF há muito que propõe a criação de

uma bolsa de docentes para substituições de ausências de curta duração, indo ao encontro à percentagem de respostas afirmativas de colegas a esta questão, que é de 94%.

Quanto às atividades de enriquecimento curricular, que assentam em trabalho precário, elas significam um aumento das horas de permanência das crianças na escola. Apesar de haver recomendações para que estas assumam um carácter lúdico, acabam por decorrer no mesmo espaço, a sala de aula, e em contexto escolarizante. Este modelo de AEC e de escola a tempo inteiro deve ser revisto, atendendo também às propostas da FENPROF neste sentido.

Este inquérito vem reforçar o diagnóstico, as dificuldades e as condições de trabalho no setor, as quais há muito tempo a FENPROF vem denunciando. Para ultrapassar estas dificuldades, a FENPROF tem apresentado propostas que têm sido ignoradas pelo bloqueio negocial que foi imposto no governo anterior e que se aguarda que sejam ouvidas nesta legislatura, porque é necessária e urgente a valorização deste ciclo de ensino primordial no percurso educativo.

As gravosas condições de trabalho no setor não podem continuar a ser ignoradas e o ME tem de assumir a responsabilidade da sua valorização.

Apesar das gravosas condições de trabalho que se verificam no setor, uma grande parte dos docentes responde que não mudaria de **grupo de recrutamento** - 65,8% - e de entre aqueles que responderam que mudariam apontam como motivos para a mudança de grupo a carga horária letiva - 54,6% - seguida das condições de trabalho.

54,6%

mudariam de grupo de recrutamento

65,8%

não mudaria de grupo de recrutamento

